

---

SPE – SOCIPARQUES CHAPADA DOS  
VEADEIROS S.A

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 DE DEZEMBRO DE 2021



P L A N  
CONSULTORIA

Rua Tiradentes, 446, Ed. San Thiago, Sala 83  
Vila Itapura, Campinas, SP, CEP 13023-190  
+55 (19) 3324.7622

ATIVO	2021		2020	
	R\$	%	R\$	%
<b>CIRCULANTE</b>				
Caixa e Equivalentes de Caixa	20.445	1,16	23.584	1,15
Aplicações Financeiras	29.977	1,70	39.901	1,95
Duplicatas a Receber - Clientes	56.603	3,21	40.634	1,99
Impostos e Contribuições a Recuperar	67.878	3,85	317.604	15,55
Estoques	- o -	0,00	- o -	0,00
Adiantamentos	- o -	0,00	- o -	0,00
Despesas de Exercícios Seguintes	9.305	0,53	14.086	0,69
<i>Total do Circulante</i>	<i>184.207</i>	<i>10,45</i>	<i>435.809</i>	<i>21,33</i>
<b>NÃO-CIRCULANTE</b>				
<i>REALIZAVEL A LONGO PRAZO</i>				
Depósitos e Cauções	2.400	0,14	2.400	0,12
Créditos de Outorga LP	- o -	0,00	175.465	8,59
<i>Total do Realizável a Longo Prazo</i>	<i>2.400</i>	<i>0,14</i>	<i>177.865</i>	<i>8,71</i>
<i>INVESTIMENTOS</i>				
Investimentos	- o -	0,00	- o -	0,00
<i>Total de Investimentos</i>	<i>0</i>	<i>0,00</i>	<i>0</i>	<i>0,00</i>
<i>IMOBILIZADO</i>				
Imobilizado	1.458.006	82,75	1.157.266	56,65
Depreciações	-35.516	-2,02	-17.494	-0,86
<i>Total do Realizável a Longo Prazo</i>	<i>1.422.490</i>	<i>80,73</i>	<i>1.139.772</i>	<i>55,80</i>
<i>INTANGIVEL</i>				
Bens do Intangível	282.375	16,03	432.375	21,17
Amortizações/Ajuste a VR Presente - D. Uso	-129.466	-7,35	-143.090	-7,00
<i>Total do Realizável a Longo Prazo</i>	<i>152.909</i>	<i>8,68</i>	<i>289.285</i>	<i>14,16</i>
<i>Total do NÃO CIRCULANTE</i>	<i>1.577.799</i>	<i>89,55</i>	<i>1.606.922</i>	<i>78,67</i>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>1.762.007</b>	<b>100,00</b>	<b>2.042.731</b>	<b>100,00</b>

PASSIVO	2021		2020	
	R\$	%	R\$	%
<b>CIRCULANTE</b>				
Fornecedores	27.619	1,57	41.121	2,01
Salários e Encargos Sociais	106.827	6,06	86.611	4,24
Impostos e Contribuições	8.886	0,50	19.042	0,93
Provisao p/ IRPJ e CSSL	- o -	0,00	- o -	0,00
Empréstimos e Financiamentos	834.132	47,34	869.132	42,55
Emprestimos Intercias	- o -	0,00	- o -	0,00
Adiantamentos de Terceiros	14.968	0,85	13.868	0,68
Outras Contas	43.711	2,48	322.666	15,80
<i>Total do Circulante</i>	<i>1.036.143</i>	<i>58,80</i>	<i>1.352.440</i>	<i>66,21</i>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				
<b>EXIGIVEL A LONGO PRAZO</b>				
Empréstimos e Financiamentos	76.223	4,33	826.148	40,44
Deposito Cauconado	18.000	1,02	18.000	0,88
Outorga a Pagar L Prazo	- o -	0,00	175.465	8,59
<i>Total do Exigível a Longo Prazo</i>	<i>94.223</i>	<i>5,35</i>	<i>1.019.613</i>	<i>49,91</i>
<i>Total do Não Circulante</i>	<i>94.223</i>	<i>5,35</i>	<i>1.019.613</i>	<i>49,91</i>
<b>PATRIMÔNIO LIQUIDO</b>				
Capital Social	1.000.000	56,75	1.000.000	48,95
Capital a Integralizar	- o -	0,00	- o -	0,00
Adiantamento p/ Aumento de Capital	1.548.500	87,88	458.500	22,45
Reservas de Lucros	- o -	0,00	- o -	0,00
Prejuizos Acumulados	-1.916.859	-108,79	-1.787.822	-87,52
<i>Total do Patrimônio Líquido</i>	<i>631.641</i>	<i>35,85</i>	<i>-329.322</i>	<i>-16,12</i>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>1.762.007</b>	<b>100,00</b>	<b>2.042.731</b>	<b>100,00</b>

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	2021		2020	
	R\$	%	R\$	%
Receita Venda de Mercadorias/Ingressos	- o -	0,00	667.138	110,37
Receita de Ingressos	1.272.251	82,73	- o -	0,00
Receita de Transportes	236.770	15,40	- o -	0,00
Receita de Alimentação	51.935	3,38	- o -	0,00
Receita de Souvenirs	77.678	5,05	- o -	0,00
Receita de Camping	37.740	2,45	- o -	0,00
<b>RECEITA OPERACIONAL BRUTA</b>	<b>1.676.374</b>	<b>109,01</b>	<b>667.138</b>	<b>110,37</b>
(-) Impostos s/Vendas e Devoluções	-138.579	-9,01	-62.659	-10,37
<b>RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA</b>	<b>1.537.794</b>	<b>100,00</b>	<b>604.479</b>	<b>100,00</b>
Custo dos Serviços Prestados / Prod.Revendidos	-1.299.858	-84,53	-922.297	-152,58
<b>LUCRO BRUTO</b>	<b>237.937</b>	<b>15,47</b>	<b>-317.818</b>	<b>-52,58</b>
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>				
Despesas com Vendas	- o -	0,00	- o -	0,00
Desp.Gerais e Administrativas	-260.691	0,00	-20.419	-3,38
Desp.da Produção de Serviços	- o -	0,00	-468.372	-77,48
Despesas Tributárias	-21.841	0,00	- o -	0,00
Depreciação e Amortização	- o -	0,00	- o -	0,00
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	51.250	3,33	- o -	0,00
<b>Total Despesas Operacionais</b>	<b>-231.283</b>	<b>-15,04</b>	<b>-488.791</b>	<b>-80,86</b>
<b>RESULTADO DAS OPERAÇÕES (E.B.I.T.)</b>	<b>6.654</b>	<b>0,43</b>	<b>-806.609</b>	<b>-133,44</b>
<b>EFEITOS FINANCEIROS LÍQUIDOS</b>				
Receitas Financeiras	28.677	1,86	16.823	2,78
Despesas Financeiras	-166.246	-10,81	-242.701	-40,15
Variações Monetárias / Cambiais Líquidas	- o -	0,00	- o -	0,00
<b>Total Efeitos Financeiros Líquidos</b>	<b>-137.569</b>	<b>-8,95</b>	<b>-225.878</b>	<b>-37,37</b>
<b>LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL</b>	<b>-130.915</b>	<b>-8,51</b>	<b>-1.032.488</b>	<b>-170,81</b>
Resultados não Operacionais	- o -	0,00	- o -	0,00
<b>LUCRO (PREJUÍZO) ANTES IRPJ / CSSL</b>	<b>-130.915</b>	<b>-8,51</b>	<b>-1.032.488</b>	<b>-170,81</b>
Provisão p/ Contr.Social	-322	-0,02	- o -	0,00
Provisão p/ Imposto de Renda	-537	-0,03	- o -	0,00
<b>LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO</b>	<b>-131.774</b>	<b>-8,57</b>	<b>-1.032.488</b>	<b>-170,81</b>

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
 ( Em R \$ )

MUTAÇÕES	CAPITAL SOCIAL	CAPITAL A INTEGRALIZAR	ADIANT.P/ AUMENTO DE CAPITAL	(PREJUÍZO) ACUMULADO	TOTAL
<i>SALDOS EM 31/Dezembro/2020</i>	<i>1.000.000</i>	<i>0</i>	<i>458.500</i>	<i>-1.787.821</i>	<i>-329.321</i>
Aumento de Capital Social	- 0 -	- 0 -	- 0 -	- 0 -	-
Adiant. Para Futuro Aumento de Capital	- 0 -	- 0 -	1.090.000	- 0 -	1.090.000
Constituição de Reserva de Capital	- 0 -	- 0 -	- 0 -	- 0 -	- 0 -
Reserva de Lucros a Realizar	- 0 -	- 0 -	- 0 -	- 0 -	- 0 -
Ajustes Exercícios Anteriores	- 0 -	- 0 -	- 0 -	2.736	2.736
(Prejuízo) do Exercício	- 0 -	- 0 -	- 0 -	(131.774)	(131.774)
<b><i>SALDOS EM 31/Dezembro/2021</i></b>	<b><i>1.000.000</i></b>	<b><i>0</i></b>	<b><i>1.548.500</i></b>	<b><i>-1.916.859</i></b>	<b><i>631.641</i></b>

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO  
 ( Em R\$ )

DEMONSTRAÇÃO :	2021	2020
	R\$	R\$
<b>1) DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:</b>		
A) RESULTADO LÍQUIDO AJUSTADO		
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	(131.774)	- 0 -
Depreciações / Amortizações	60.647	- 0 -
Provisão / (Reversão) para créditos de liquidação duvidosa	- 0 -	- 0 -
Provisão / (Reversão) de Perdas de Estoque	- 0 -	- 0 -
Variação Cambial	- 0 -	- 0 -
Ajustes de Exercícios Anteriores	2.736	- 0 -
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos	- 0 -	- 0 -
Equivalência Patrimonial	- 0 -	- 0 -
<b>LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO</b>	<b>(68.391)</b>	<b>0</b>
B) (ACRÉSCIMO) / DECRÉSCIMO DO ATIVO :		
Duplicatas a Receber	159.496	- 0 -
Aplicações Financeiras	- 0 -	- 0 -
Estoques	- 0 -	- 0 -
Impostos a Recuperar	249.725	- 0 -
Adiantamentos	- 0 -	- 0 -
Despesas Antecipadas e Outros	4.782	- 0 -
<b>TOTAL (ACRÉSCIMO) / DECRÉSCIMO DO ATIVO</b>	<b>414.003</b>	<b>0</b>
C) ACRÉSCIMO / (DECRÉSCIMO) DO PASSIVO :		
Fornecedores	(13.502)	- 0 -
Salários e Encargos	20.217	- 0 -
Impostos e Contribuições	(10.156)	- 0 -
Partes Relacionadas	- 0 -	- 0 -
Adiantamentos de Clientes	1.100	- 0 -
Outras Contas a Pagar	(278.955)	- 0 -
<b>TOTAL ACRÉSCIMO / (DECRÉSCIMO) DO PASSIVO</b>	<b>(281.295)</b>	<b>0</b>
<b>TOTAL DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:</b>	<b>64.317</b>	<b>0</b>
<b>2) DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS:</b>		
Aquisição de Novos Imobilizados / Intangível	(300.740)	- 0 -
Aumento de Investimentos	- 0 -	- 0 -
Venda de Ativo Imobilizado	93.750	- 0 -
<b>TOTAL DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS:</b>	<b>(206.990)</b>	<b>0</b>
<b>3) DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS:</b>		
Obtenção de Novos Empréstimos	- 0 -	- 0 -
Pagamentos de Empréstimos	(960.390)	- 0 -
Integralização de Capital / Reservas de Capital	1.090.000	-
<b>TOTAL DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS:</b>	<b>129.610</b>	<b>-</b>
<b>4) VARIAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES (1+2+3)</b>	<b>(13.063)</b>	<b>-</b>
<b>SALDO INICIAL DAS DISPONIBILIDADES</b>	<b>63.485</b>	<b>-</b>
<b>VARIAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES</b>	<b>(13.063)</b>	<b>-</b>
<b>SALDO FINAL DAS DISPONIBILIDADES</b>	<b>50.422</b>	<b>-</b>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para o período compreendido entre 01 de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

## **1. Contexto operacional**

A SPE - Sociparques Chapada dos Veadeiros S.A. (“Companhia”) é uma Sociedade Anônima de capital fechado com filial na Rodovia GO 239, KM 36 no Distrito de Vila São Jorge - município de Alto Paraiso Goiás, no estado de Goiás. A Companhia foi constituída em 11 de abril de 2019 e a filial em 19/06/2019.

O objetivo da Companhia é a exploração do parque temático, mais precisamente a exploração de serviço de apoio à visitação pública, com cobrança de ingresso, e de atividades econômicas no Parque Nacional Chapada dos Veadeiros-GO, nos termos do Edital de Concorrência nº 2/2018 e do Contrato de Concessão firmado com o Instituto Chico Mendes de Biodiversidade - ICMBIO.

O prazo da concessão patrocinada é de 20 anos com início em dezembro de 2018.

A concessão patrocinada consiste na prestação de serviços adequados com boas condições de qualidade, regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia e modicidade das tarifas nos termos da legislação.

### **1.1. Reestruturação operacional e impactos da COVID-19**

#### **1.1.1. Objeto e informações gerais do contrato**

Em 20 de dezembro 2018, a SPE - Sociparques Chapada dos Veadeiros S.A. (“Sociparques”) celebrou TERMO DE CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 02/2018 (“Contrato”) com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBIO (“Poder Concedente”), que prevê a prestação de serviços de recepção de visitantes, venda de ingressos, serviços de alimentação, loja de conveniência, espaço de campismo das Sete Quedas e transporte interno do Parque Nacional Chapada dos Veadeiros (“Parque”). A vigência do Contrato é pelo prazo de 20 (vinte) anos, contados a partir da data de assinatura do contrato.

O valor total do contrato é de R\$ 16.290 mil, correspondente à soma do valor estimado dos investimentos com outorga estimada ao Poder Concedente. O repasse de outorga estimado ao longo dos 20 (vinte) anos é de R\$ 14.032 mil, com o percentual de 27,08% por cento, sobre a receita operacional bruta da SociParques, e o valor estimado do investimento total corresponde a R\$ 2.258 mil.

A SociParques possui contrapartidas específicas a serem cumpridas, como: (i) realizar a manutenção e limpeza das estruturas onde se desenvolvem os serviços objeto da concessão; (ii) implementar e manter a exposição permanente no Centro de Visitantes; (iii) adequar o espaço do Centro de Visitantes às necessidades para prestação do serviço; (iv) adequar e manter as vias de acesso internas; (v) as trilhas e a sinalização; implantar e manter galpão rústico e implantar banheiro seco no espaço de campismo das sete quedas; (vi) reformar e equipar o alojamento; (vii) implementar e manter o plano de gestão de segurança; (viii) fornecer cortesias e isenções conforme solicitações do Poder Concedente; (ix) implementar banheiro no atrativo das Corredeiras; e (x) compatibilizar o uso do auditório do centro de visitante com a gestão do PNCV.

A SociParques vem cumprindo com as contrapartidas, sem nenhuma notificação ou penalidade por parte do Poder Concedente.

### **1.1.2. Início da operação e evolução da visitação**

A operação do Parque iniciou-se efetivamente em 03 de junho 2019, com a contratação de gerente operacional e equipe, totalizando de 16 colaboradores, e o Início da cobrança e controle de acesso por catracas em 08 de julho 2019.

No primeiro ano de operação da SociParques, a visitação cresceu 7%, mesmo com o início da cobrança, inicialmente em R\$ 17,00 o ingresso. Anteriormente à Concessão, a entrada no parque era gratuita.

A visitação do PNCV no ano de 2020 foi muito prejudicada pelo fechamento do Parque devido ao Covid19. O Parque ficou fechado de março/20 a agosto/20 com a visitação anual neste ano chegando a 38.030 visitantes.

No início do ano de 2021 a visitação retomou os patamares dos anos anteriores, contudo o ICMBio acatou o decreto municipal de Alto Paraíso e fechou o Parque em março/21. A partir do 2º quadrimestre observamos uma recuperação da visitação chegando a 75.157 visitantes em 2021.

Para os próximos 4 anos, o crescimento médio anual da visitação deve se manter em 20% ao ano, apoiado no crescimento do ecoturismo em âmbito mundial e mais

acentuado ainda no Brasil. Este ritmo de crescimento tem seguido o crescimento de visitação dos Parques Nacionais no Brasil, de 16% ao ano e as boas perspectivas de turismo doméstico e de natureza, pós pandemia. Cabe destacar também a implantação do serviço de transporte interno no Parque em julho/21, o que também contribui para o crescimento da visitação até o final do ano. Isso ocorre devido ao fato de que um novo público passou a visitar o parque: famílias com crianças, idosos e outras pessoas com dificuldade de mobilidade que agora dispõem deste serviço para chegar mais facilmente aos atrativos.

### 1.1.3. Desenvolvimentos e melhorias do Parque

A Administração da Sociparques ao longo de sua gestão, efetuou desenvolvimentos e melhorias no Parque, para cumprir com as contrapartidas previstas junto ao Poder Concedente, e para otimizar a infraestrutura do Parque, com o objetivo de aumentar o número de visitantes, a seguir estão os principais desenvolvimentos e melhorias do Parque (concluídos e em curso):

- **Escritório de administração:** Obra concluída em novembro/19;
- **Centro de Visitantes (reforma):** Obra iniciada em janeiro/20 e paralisada de março/20 a junho/20, em virtude das restrições impostas pela pandemia da COVID-19, sendo retomada em julho/20 para conclusão de etapa inicial antes da reabertura do parque em agosto/20. Obras finais do Centro de Visitantes em andamento desde agosto/21 com previsão de conclusão até junho/22.
- Via interna para sistema de transporte (reforma): Obra concluída em junho/21;
- **Espaço de campismo - atrativo “Sete Quedas”:** A implementação será efetuada no 1º semestre de 2022;
- **Alojamento ICMBio (reforma):** Obra concluída em novembro/19;

Além disto, há previsão de investimento no montante de R\$ 1.300 mil, tal investimento será financiado com capital próprio.

### 1.1.4. Contratação de dívida e financiamento da operação

A Sociparques financiou os desenvolvimentos e as obras do Parque com aportes dos sócios até o limite de R\$ 1.000 mil e, após isto, os sócios decidiram efetuar a contratação de empréstimos para a continuidade das obras e manter capital de giro para a operação. Os empréstimos contratados junto ao Banco Itaú Unibanco S.A. na modalidade de Capital de Giro, foram:

- contratado em 19 de novembro de 2019, no montante de R\$ 1.000 mil e com vencimento da última parcela para dezembro de 2022;
- contratado em 04 de março de 2020, no montante de R\$ 361 mil e vencimento da última parcela para fevereiro de 2023;
- contratado em 04 de agosto de 2020, no montante de R\$ 255 mil e vencimento da última parcela para fevereiro de 2023;

Além disso, há um contrato de financiamento de veículos firmado em setembro/2019 no montante de R\$ 139 mil. Em junho/21 foi quitado um outro contrato de financiamento de veículos firmado em novembro de 2019 no montante de R\$ 108 mil.

Adicionalmente, a Administração da Sociparques está envidando esforços para otimizar o custo atual dos empréstimos, negociando outras linhas de financiamento com juros menores.

#### **1.1.5. Impactos do COVID- 19 e continuidade dos negócios**

Em 2021, da mesma forma como em 2020, a operação continua a ser afetada pelo advento da pandemia do novo Coronavírus (“Covid-19”), que tem impactado negativamente a economia e o desenvolvimento econômico em escala global e no país.

Na primeira quinzena de março/21, foi promovido pelo vice-prefeito e alguns empresários de Alto Paraíso de Goiás o lockdown voluntário, quando os estabelecimentos de restaurante e hospedagem aderiram em sua maioria, impactando diretamente a visitação e receitas do Parque, pois não havia estrutura de apoio.

Em março/21, o Parque permaneceu fechado durante 13 dias, após decisão do ICMBio, que seguiu o Decreto Municipal n. 1.905/21. Durante estes dias, houve a redução da totalidade das receitas da Sociparques.

Apesar do cenário de Pandemia do COVID-19 e restrições da capacidade de visitação no Parque, observou-se um aumento de 5% na visitação do parque no período de agosto a dezembro de 2020 comparado ao mesmo período de 2019. Este ritmo de crescimento se manteve em 2021 e no primeiro semestre de 2021 houve aumento de 10% na visitação em comparação com 2019 no mesmo período, explicado principalmente pelo fortalecimento do turismo doméstico e de natureza, em cenário de pandemia no Brasil.

A operação do serviço de transporte iniciou em julho/21, o que também contribui para o crescimento da visitação pois facilita o acesso de crianças, famílias e idosos. Além de aumentar a visitação, este serviço incrementa a receita bruta da operação em média de R\$ 40 mil / mês.

As receitas de locação comercial, também apresentaram aumento nos últimos meses e são uma fonte de receita importante no exercício de 2021.

Até a normalização da operação e geração de resultados operacionais positivo, há compromisso dos acionistas em aportar recursos próprios para a continuidade dos negócios da Sociparques.

## **2. Base de preparação**

### **2.1. Declaração de conformidade**

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

### **2.2. Base de mensuração**

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

### **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação**

A moeda funcional da Companhia é o Real (R\$), mesma moeda da preparação das demonstrações contábeis que estão sendo apresentadas em milhares de Reais (R\$) exceto quando expressamente mencionado em contrário.

### **2.4. Continuidade**

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que a mesma possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as

demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas com base nesse pressuposto.

### **3. Principais políticas contábeis**

As políticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios e períodos apresentados nestas demonstrações contábeis.

#### **(a) Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalente de caixa incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado.

As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa são classificadas na categoria “avaliadas ao valor justo por meio do resultado”.

Títulos e valores mobiliários substancialmente incluem Certificados de Depósitos Bancários (CDB’s), os quais são classificados a valor justo por meio de resultado.

#### **(b) Ajuste a valor presente (AVP) de ativos e passivos**

Os ativos e passivos monetários são ajustados pelo seu valor presente (AVP) no registro inicial da transação levando em consideração os fluxos de caixa contratuais, a taxa de juros explícita e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos e as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes.

Subsequentemente estes efeitos são realocados nas linhas de receita com venda de imóveis, despesas e receitas financeiras, no resultado, por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

#### **(c) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas**

- **Julgamentos**

A elaboração das demonstrações contábeis requer a adoção por parte da Administração de estimativas e julgamentos que afetam os valores reportados de ativos e passivos, a divulgação dos ativos e passivos contingentes na data das demonstrações contábeis e receitas e despesas nos exercícios demonstrados.

- **Estimativas e premissas contábeis significativas**

As principais premissas relativas as fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço envolvendo risco de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro são discutidas a seguir:

**(i) Valor justo de instrumentos financeiros**

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentado no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de Fluxo de Caixa Descontado (FCD). Os dados para estes métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo.

O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre estes fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

**(ii) Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências**

A Companhia está sujeita no curso normal dos nossos negócios a investigações, auditorias, processos judiciais e procedimentos administrativos em matérias cível, tributária, trabalhista, ambiental, societária e direito do consumidor, entre outras.

As provisões constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes de processos em curso são revisadas e ajustadas com base na avaliação da Administração fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

**(d) Instrumentos financeiros**

São reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros.

Os instrumentos financeiros podem ser classificados nas seguintes categorias:

**(i) Ativos financeiros**

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e custo amortizado. A

Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial, data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais.

#### **(i) Passivos financeiros**

Os passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, e a despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva. Representados por empréstimos e financiamentos bancários, os demais são apresentados pelo valor original, acrescido de juros até as datas das demonstrações contábeis.

#### **(ii) Mensuração**

As compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação, ou seja, na data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos de transação são debitados na demonstração do resultado. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são registrados na demonstração do resultado em “Receita financeira” ou “Despesa financeira”, respectivamente, no período em que ocorrem.

#### **(e) Ativos Intangíveis**

##### **• Contratos de concessão**

Nos termos do contrato de concessão e dentro do alcance da interpretação técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão, a Companhia atua como prestadora de serviços, construindo e ampliando a infraestrutura usada para prestar um serviço público, bem como operar e manter essa infraestrutura durante determinado prazo.

O contrato de concessão estabelecido entre o Instituto Chico Mendes (ICMBIO) e a SPE – Sociparques Chapada dos Veadeiros S.A., prevê uma contraprestação pecuniária a ser paga pelo poder concedente e a cobrança, pela concessionária, de tarifas a serem pagas pelos usuários do Parque Nacional Chapada dos Veadeiros.

O contrato prevê também que extinta a concessão patrocinada, retornam automaticamente ao poder concedente, os equipamentos, instalações e outros bens, diretos e privilégios vinculados ao serviço concedido.

A Companhia reconhece um ativo intangível resultante de um contrato de concessão de serviços quando ele tem um direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão.

Um ativo intangível recebido como remuneração pela prestação de serviços de construção ou melhorias em um contrato de concessão de serviços é mensurado pelo valor justo mediante o reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial o ativo intangível é mensurado pelo custo, deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável.

No caso da Companhia, não está previsto no contrato de concessão qualquer remuneração ao final do prazo de exploração da infraestrutura, razão pela qual nenhum ativo financeiro foi reconhecido nas demonstrações contábeis.

- **Amortização**

A vida útil de um ativo intangível em um contrato de concessão de serviço é o período a partir do qual a Companhia tem a capacidade de cobrar o público pelo uso da infraestrutura até o final do período da concessão.

Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado.

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

A vida útil estimada para os períodos correntes é estabelecida conforme prazo do contrato de concessão.

- (f) **Redução ao valor recuperável (*impairment*)**

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

Quando estas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- Indicativos de que o devedor ou emissor entrará em falência;
- Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento;
- Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

#### **(g) Benefícios a empregados**

A Companhia patrocina um plano de pensão de contribuição definida para seus funcionários, e realiza os pagamentos de contribuições à planos de pensão de administração pública ou privada em bases compulsórias e contratuais. Não há obrigação legal ou construtiva de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado no período corrente e anterior.

#### **(h) Ativos e passivos contingentes**

##### **(i) Ativos contingentes**

São reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis e transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.

##### **(ii) Passivos contingentes**

São provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Quando as perdas forem avaliadas como possíveis os montantes envolvidos são divulgados nas notas explicativas.

##### **(i) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes**

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, caso contrário são demonstrados como não circulantes.

#### **(j) Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social limitada a 30% do lucro tributável anual.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e são reconhecidos no resultado.

#### **(k) Fornecedores**

Os fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano, caso contrário as contas são apresentadas no passivo não circulante.

#### **(l) Apuração do resultado**

Os resultados das operações são apurados em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

#### **(m) Receita operacional**

As receitas líquidas são reconhecidas quando há cumprimento da obrigação de performance no que tange a prestação dos serviços. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização. A receita obtida pela Companhia é Receitas de Mercadorias/Ingressos: A receita de venda de ingressos

para o embarque e utilização do PNCV (Parque Nacional da Chapada do Veadeiros) e seus atrativos é reconhecida no resultado no momento de utilização do Parque.

#### **(n) Receitas e despesas financeiras**

As receitas financeiras abrangem substancialmente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e juros recebidos em decorrência dos pagamentos em atraso de clientes.

A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, descontos concedidos a clientes e despesas bancárias.

#### **(o) Contratos de concessão – direito de exploração de infraestrutura**

A infraestrutura dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos.

É prevista apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta interpretação, o concessionário atua como prestador de serviço construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público e opera e mantém essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos.

No caso da Companhia não está previsto no contrato de concessão qualquer remuneração ao final do prazo de exploração da infraestrutura, razão pela qual nenhum ativo financeiro foi reconhecido nas demonstrações contábeis.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de forma linear pela vida útil ou prazo da concessão, dos dois o menor.

**(p) Novas normas, alterações e interpretações de normas aplicadas pela primeira vez para o período iniciado em, ou após, 1º de janeiro de 2019**

**CPC 06 (R2) – Arrendamentos (IFRS 16)**

O CPC 06 (R2) entrou em vigor para períodos anuais iniciando em/ou após 1º de janeiro de 2019, substituindo o CPC 06 (R1) – Arrendamentos (IAS 17) e correspondentes interpretações, e, em essência, dispõe que todo contrato de arrendamento mercantil, seja ele considerado operacional ou financeiro, deve ser contabilizado reconhecendo ativos e passivos envolvidos, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes.

Na data de início de um contrato de arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo relativo aos pagamentos de arrendamento (isto é, um passivo de arrendamento) e um ativo que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo de arrendamento (ou seja, o ativo de direito de uso). Os arrendatários são obrigados a reconhecer separadamente a despesa de juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação sobre o ativo de direito de uso. Os arrendatários também devem reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos).

Em geral, o arrendatário passa a reconhecer o valor da revisão do passivo de arrendamento como um ajuste do ativo de direito de uso.

O arrendatário pode optar pela adoção da norma utilizando a abordagem retrospectiva completa ou uma abordagem retrospectiva modificada. As provisões transitórias da norma permitem determinadas isenções.

**Adoção inicial**

A Companhia adotou o CPC 06 (R2) de acordo com a abordagem retrospectiva com efeito cumulativo na data da adoção inicial (isto é, a partir de 1º de janeiro de 2019, considerando o direito de uso igual ao passivo de arrendamento na data de adoção inicial), não havendo reapresentação de informação comparativa. Optou-se por utilizar as isenções propostas pela norma sobre contratos de arrendamentos de curto prazo (ou seja, que terminam dentro de 12 meses a partir da data de início) e contratos de arrendamento para os quais o ativo subjacente é de baixo valor.

### **ICPC 22 – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro (IFRIC 23)**

A Interpretação trata da contabilização dos tributos sobre o rendimento nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação da IAS 12 (CPC 32) e não se aplica a tributos fora do âmbito da IAS 12 nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos tributários incertos. A Interpretação aborda especificamente o seguinte:

- (i) Se a Companhia considera tratamentos tributários incertos separadamente;
- (ii) As suposições que a Companhia faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais;
- (iii) Como a Companhia determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto;
- (iv) Como a Companhia considera as mudanças de fatos e circunstâncias.

A Companhia determinou se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos tributários incertos, seguindo a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza. A interpretação foi adotada pela Companhia, sem efeitos sobre as demonstrações contábeis.

### **CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para relatórios financeiros**

Revisão da Estrutura Conceitual entrou em vigor para períodos anuais iniciando em/ou após 1º de janeiro de 2020, estabelecendo um conjunto abrangente de conceitos visando a orientação sobre os relatórios de desempenho financeiro; melhores definições e orientações, destacando a definição de um passivo; e esclarecimento em áreas relevantes. A revisão a norma foi adotada pela Companhia em 1º de janeiro de 2020, sem efeitos sobre as demonstrações contábeis.

## Alterações à IAS 1 e IAS 8

As alterações à IAS 1 e IAS 8 entraram em vigor para períodos anuais iniciando em/ou após 1º de janeiro de 2020, e o objetivo das alterações é facilitar o entendimento da definição de material da IAS 1 e não o de alterar o conceito subjacente de materialidade nas normas do IFRS. O conceito de "ocultação" de informações materiais com informações imateriais foi incluído como parte da nova definição. A norma foi adotada pela Companhia em 1º de janeiro de 2020, sem efeitos sobre as demonstrações contábeis.

### 4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Caixa	3	3	4
Bancos	15	18	34
Aplicação Financeira	30	40	425
Numerários em Trânsito	2	2	21
<b>Total</b>	<b>50</b>	<b>63</b>	<b>484</b>

O saldo de caixa e equivalentes de caixa inclui caixa, bancos e aplicações financeiras.

### 5. Contas a receber

	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Duplicatas a Receber - Clientes	57	41	29
<b>Total</b>	<b>57</b>	<b>41</b>	<b>29</b>

O saldo de contas a receber da Companhia são relacionados aos bancos e operadoras de cartão de crédito, em virtude da utilização de cartão de crédito ou débito nas dependências do Parque. Não há contas a receber vencidos.

### 6. Outros créditos

	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Crédito de outorga	65	493	-
<b>Total</b>	<b>65</b>	<b>493</b>	<b>-</b>
Circulante	65	318	-
Não circulante	0	175	-

Os créditos de outorga se referem ao reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão concedido pelo ICMBio em 29 de dezembro de 2020 no montante de R\$ 518 mil, o crédito de outorga será utilizado para compensação no pagamento mensal da outorga, conforme detalhado na nota explicativa nº 9.

## 7. Intangível

	Construção em andamento	Total
Saldo em 11/04/2019	-	-
Adição	780	780
Saldo em 31/12/2019	780	780
Adição	267	267
Saldo em 31/12/2020	1.047	1.047
Adição	279	279
Saldo em 31/12/2021	1.326	1.326
Taxa anual de amortização % (i)	-	-

(i) A amortização dos gastos com construção ocorrerá conforme a interpretação técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão - por meio do método linear pelo prazo de concessão pelo poder concedente, firmado pelo Instituto Chico Mendes – ICMBIO.

## 8. Outorgas

Em 09 de novembro de 2020 a Companhia elaborou um pedido junto ao poder concedente (ICMBio), pleiteando o reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão, devido às restrições de visitação bem virtude das medidas impostas pela pandemia do corona-vírus (COVID-19).

Por meio de ofício nº 274/2020, o poder concedente reconheceu o evento de desequilíbrio financeiro apresentado no quesito bilheteria, pelo período de restrição operacional onde concedeu o crédito no montante de R\$ 518 mil para compensação no pagamento da outorga mensal a pagar, sendo atualizado mensalmente pelo IPCA.

A outorga da competência dezembro de 2020 no valor de R\$ 25 mil, foi compensada com o crédito em questão e reconhecida na rubrica de outras receitas e despesas não operacionais no resultado do exercício.

	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Outorga ICMBIO	65	493	24
Total	65	493	24
Circulante	65	318	24
Não Circulante	0	175	-
Total	65	492	24

### 9. Obrigações trabalhistas e sociais

	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Salários a pagar	34	17	26
Encargos sobre salários	34	33	14
Férias e encargos a pagar	39	37	27
Total	107	87	67

### 10. Impostos e contribuições a recolher

	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
PIS a recolher	1	1	1
COFINS a recolher	2	6	3
ISS a recolher	4	9	8
Impostos retidos a recolher	1	3	30
ICMS a recolher	1	0	0
Total	9	19	42

### 11. Empréstimos e financiamentos

Os saldos de empréstimos e financiamentos, que se encontram registrados ao custo amortizado, estão demonstrados a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Total empréstimos e financiamentos	910	1.613	1.241
Circulante	834	852	290
Não circulante	76	761	951

A movimentação dos empréstimos e financiamentos é conforme segue:

Saldo em 11 de abril de 2019	-
Captação	1.243
Juros incorridos	20
Pagamento - principal	(18)
Pagamento - juros	(4)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.241
Captação	616
Juros incorridos	201
Pagamento - principal	(323)
Pagamento - juros	(122)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.613
Captação	0
Juros incorridos	131
Pagamento - principal	(704)
Pagamento - juros	(130)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	910

Os contratos de empréstimos existentes na data-base das demonstrações contábeis não continham cláusulas de *covenants*.

## 12. Passivo de arrendamento

A Companhia arrenda um catracas e leitor de dados que são utilizados na operação do Parque. Os pagamentos de arrendamento são reajustados com base nos acordos contratuais, para refletir os valores de mercado.

## 13. Patrimônio líquido

### 13.1. Capital social

O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 1.000 mil que está representado por 1.000.000 ações, no valor de R\$ 1,00 cada, e assim distribuídos:

	%	Ações	R\$
Socicam Infraestrutura e Participações Ltda.	70	700	700
Parquetur Participações S/A	30	300	300
Total	100	1.000	1.000

### 13.2. Adiantamento para futuro aumento de capital

Os sócios efetuaram o adiantamento para futuro aumento de capital da Companhia, e assim está distribuído:

Socicam Infraestrutura e Participações Ltda.	84
Parquetur Participações S/A	1.465
<b>Total</b>	<b>1.549</b>

#### 14. Receita líquida

	01/01/2021 a 31/12/2021	01/01/2020 a 31/12/2020	11/04/2019 a 31/12/2019
Revenda de Mercadorias/Ingressos	1.676	642	681
(-) Impostos s/Vendas e Devoluções	(138)	(63)	(60)
<b>Total</b>	<b>1.538</b>	<b>579</b>	<b>621</b>

#### 15. Custos dos serviços prestados

	01/01/2021 a 31/12/2021	01/01/2020 a 31/12/2020	11/04/2019 a 31/12/2019
Custo de pessoal	(765)	(485)	(357)
Prestadores de serviços	(54)	(252)	(314)
Depreciação	(61)	(100)	(24)
Seguros	(25)	(38)	(16)
Outorga		(177)	(186)
Custos gerais	(764)	(78)	(73)
<b>Total</b>	<b>(1.669)</b>	<b>(1.130)</b>	<b>(970)</b>

#### 16. Despesas administrativas e gerais

	01/01/2021 a 31/12/2021	01/01/2020 a 31/12/2020	11/04/2019 a 31/12/2019
Viagens e representações		(93)	(144)
Aluguéis		(33)	(77)
Outras despesas	(283)	(155)	(129)
<b>Total</b>	<b>(283)</b>	<b>(281)</b>	<b>(350)</b>

#### 17. Resultado financeiro líquido

	01/01/2021 a 31/12/2021	01/01/2020 a 31/12/2020	11/04/2019 a 31/12/2019
Despesas bancárias	(6)	(17)	(4)
IOF		(6)	(18)
Juros pagos sobre empréstimos	(105)	(180)	(9)
Multas e correções		(4)	(4)
Juros pagos sobre leasing	(21)	(21)	(11)
Outras despesas financeiras	(34)	(15)	(11)
Despesas financeiras	(166)	(243)	(57)
Receitas financeiras	29	17	8
Receitas financeiras	29	17	8
Resultado financeiro líquido	(137)	(226)	(49)

## 18. Imposto de renda e contribuição social

Em 31 de dezembro de 2020 e 2021, a Companhia auferiu prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social no montante de R\$ 990 e R\$ 132, respectivamente, os quais não possuem prazos prescricionais e sendo sua compensação limitada a 30% dos lucros tributáveis apurados em cada período-base futuro.

Em 31 de julho de 2021, a Companhia auferiu prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social no montante de R\$ 216. A Administração procedeu com o registro de impostos diferidos em virtude da expectativa de lucro tributável via provisões para contribuição social e imposto de renda.

## 19. Transações com partes relacionadas

Durante o exercício até 31 de dezembro de 2021, a Companhia não efetuou transações com partes relacionadas.

### (q) Remuneração do pessoal-chave

A Companhia não possui em seu quadro de funcionários estatutários e ou diretores administrativos, conseqüente não possui remuneração de pessoal-chave a ser divulgada. O custo dos executivos chaves são suportados e registrados diretamente nas empresas da controladora da Companhia.

## 20. Instrumentos financeiros

#### **a) Considerações gerais e políticas**

A Companhia contrata operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo derivativos, quando aplicável, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades operacionais e financeiras.

A gestão desses instrumentos financeiros é realizada através de políticas, definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controle, sendo monitorada pela Administração da Companhia.

Os procedimentos de tesouraria definidos pela política vigente incluem rotinas mensais de projeção e avaliação da exposição cambial da Companhia, sobre as quais se baseiam as decisões tomadas pela Administração.

#### **Aplicações financeiras**

De acordo com a política de aplicações financeiras estabelecida, a Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais os contratos podem ser celebrados, segundo a avaliação do rating de crédito da contraparte em questão, percentual máximo de exposição por instituição de acordo com o rating e percentual máximo do patrimônio líquido do banco.

#### **Empréstimos e financiamentos**

Os empréstimos e financiamentos são atualizados com base na taxa efetiva de cada operação.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possuía nenhuma operação em aberto, envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

#### **b) Gestão de risco financeiro**

##### **Fatores de risco financeiro**

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro, utilizando, quando necessário, instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco.

A tesouraria identifica, avalia e contrata instrumentos financeiros com o intuito de proteger a Companhia contra eventuais riscos financeiros, principalmente decorrentes de taxas de juros e câmbio.

### **b.1) Risco de mercado**

#### **Risco de taxa de juros**

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo. A Administração da Companhia tem como política manter os indexadores de suas exposições às taxas de juros ativas e passivas atrelados a taxas pós-fixadas.

### **b.2) Risco de crédito**

A Companhia está sujeita também a riscos de crédito relacionados aos instrumentos financeiros contratados na gestão de seus negócios. Considera baixo o risco de não liquidação das operações que mantém em instituições financeiras com as quais operam que são consideradas pelo mercado como de primeira linha.

### **b.3) Risco de liquidez**

A gestão prudente do risco de liquidez implica em manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação através de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da natureza dinâmica dos negócios da Companhia, a tesouraria mantém flexibilidade na captação mediante a manutenção de linhas de crédito compromissadas.

A Administração monitora o nível de liquidez da Companhia, considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas, a caixa e equivalentes de caixa.

### **Gestão de capital**

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A posição financeira líquida corresponde ao total do caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras, subtraído do montante de empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo.

## **21. Cobertura de seguros**

A Administração da Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos. Os valores segurados são determinados e

contratados em bases técnicas que se estimam suficientes para a cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros considerando a natureza de sua atividade, assim como mantêm cobertura de responsabilidade civil e dano moral a terceiros. As premissas adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis e, conseqüentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

## 22. Transações que não afetam caixa

Conforme requerido pelo pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, item 43, a seguir estão apresentadas as transações de investimento e financiamento que não envolvem o uso de caixa ou equivalentes de caixa, e, portanto, foram excluídas da demonstração dos fluxos de caixa.

	01/01/2021 a 31/12/2021	01/01/2020 a 31/12/2020	11/04/2019 a 31/12/2019
Transações de investimento			
Adição de contrato de arrendamento	[o]	[o]	[o]

	01/01/2021 a 31/12/2021	01/01/2020 a 31/12/2020	11/04/2019 a 31/12/2019
Transações de financiamento			
Adição de direito de uso	[o]	[o]	[o]

São Paulo, 29 de março de 2022.

### Membros da Administração



Augusto Ricardo von Ellenrieder  
Diretor Presidente



Rafael de Oliveira Ferraz  
Diretor



---

Arnaldo Pastorin Júnior  
Contador  
CRC 1SP 222245/O-9

## DFs SOCIPARQUES NE 2021 pdf

Código do documento b59a1d85-b620-43d9-9e46-0fc769e2dcb9



### Assinaturas



AUGUSTO RICARDO VON ELLENRIEDER:15776523800

Certificado Digital

augusto@socicam.com.br

Assinou



RAFAEL DE OLIVEIRA FERRAZ:22066997889

Certificado Digital

rafael@parquetur.com.br

Assinou



PLAN ASSESSORIA CONTABIL LTDA:23973321000178

Certificado Digital

arnaldo@planconsultoria.com

Assinou

### Eventos do documento

#### 11 Apr 2022, 16:19:08

Documento b59a1d85-b620-43d9-9e46-0fc769e2dcb9 **criado** por LUCAS NASCIMENTO NOGGERINI (1cbc1bc7-1f47-455e-bb3b-b738cdde1999). Email:lucas@parquetur.com.br. - DATE\_ATOM: 2022-04-11T16:19:08-03:00

#### 11 Apr 2022, 16:21:10

Assinaturas **iniciadas** por LUCAS NASCIMENTO NOGGERINI (1cbc1bc7-1f47-455e-bb3b-b738cdde1999). Email:lucas@parquetur.com.br. - DATE\_ATOM: 2022-04-11T16:21:10-03:00

#### 11 Apr 2022, 16:22:54

**ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL** - PLAN ASSESSORIA CONTABIL LTDA:23973321000178  
**Assinou** Email: arnaldo@planconsultoria.com. IP: 201.82.204.111 (c952cc6f.virtua.com.br porta: 16076). Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB,OU=AC VALID RFB v5,OU=A1,CN=PLAN ASSESSORIA CONTABIL LTDA:23973321000178. - DATE\_ATOM: 2022-04-11T16:22:54-03:00

#### 11 Apr 2022, 16:51:32

**ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL** - AUGUSTO RICARDO VON ELLENRIEDER:15776523800  
**Assinou** Email: augusto@socicam.com.br. IP: 200.186.211.74 (74.211.186.200.sta.impsat.net.br porta: 64446). Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB,OU=AC DIGITALSIGN RFB G2,OU=A1,CN=AUGUSTO RICARDO VON ELLENRIEDER:15776523800. - DATE\_ATOM: 2022-04-11T16:51:32-03:00

---

**12 Apr 2022, 07:51:45**

**ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - RAFAEL DE OLIVEIRA FERRAZ:22066997889 Assinou**  
Email: rafael@parquetur.com.br. IP: 191.210.251.172 (191-210-251-172.user.vivozap.com.br porta: 24618). Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB,OU=AC VALID RFB v5,OU=A1,CN=RAFAEL DE OLIVEIRA FERRAZ:22066997889. - DATE\_ATOM: 2022-04-12T07:51:45-03:00

---

Hash do documento original

(SHA256):a521e447454c18e924f8d8de3df3d8c019de3891a8248e802570468a25596cc8

(SHA512):3b2fd443522a891fee1f931b3084024ec04c97f072c43f0ff3d1e2fc04bf7597b6b5d383c4e91d76912d83e8bc8606eef1e077434a7be9c2227f80cc5bd06c2

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima

**Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign**